

A Influência Das Teorias Cognitivas Na Prática Educacional Inclusiva

Marlúcia Marques Fernandes

Mestranda

Faculdade Interamericana De Ciências Sociais

Cátia Cilene Diogo Goulart

Mestra Em Educação Com Ênfase Em Letramentos Sociais E Letramentos Acadêmicos Universidade Estadual

Do Rio Grande Do Sul- Uergs

Osório, Rio Grande Do Sul, Brasil

Marcelo Garcia Cardoso

Mestre Em Administração Pública

Universidade Federal De Rondônia

Porto Velho, Rondônia, Brasil

Vitor Henriques Baraúna

Especialização Em Administração Da Educação Física, Desporto E Lazer

Universidade Federal De Rondônia

Porto Velho, Rondônia, Brasil

Maurício Benedito Da Silva Vieira

Doutorando No Programa De Estudos De Cultura Contemporânea

Universidade Federal De Mato Grosso

Boa Esperança, Cuiabá - Mt

Marco Antonio Silvany

Doutorando Em Ciências Da Educação

Facultad Interamericana De Ciencias Sociales (Fics)

Calle De La Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, Paraguay

Márcia Solange Costa Pacheco

Mestranda Em Tecnologias Emergentes Em Educação

Must University

São Gonçalo, Rio De Janeiro, Brasil

Gabriel Silva Alcântara

Graduando Em Letras/Inglês

Universidade Federal Do Pará

Soure, Pará, Brasil

Rafael Dos Santos Cometti

Mestrando Em Ciências Da Religiões Para Ensino Religioso Escolar

Faculdade Unida De Vitória

Vitória, Espírito Santo, Brasil

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a influência das teorias cognitivas na prática educacional inclusiva no Brasil, destacando a aplicação das propostas de Reuven Feuerstein, David Ausubel e a psicologia cognitiva. A educação inclusiva, respaldada por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), busca garantir o direito de todos os alunos à educação de qualidade, independentemente de suas condições cognitivas,

físicas ou emocionais. As teorias cognitivas, que enfatizam o desenvolvimento das funções mentais e a aprendizagem significativa, são essenciais para a adaptação das práticas pedagógicas a essa diversidade. Feuerstein, por meio da teoria da modificabilidade cognitiva, propõe que as capacidades intelectuais podem ser desenvolvidas com mediação adequada. Ausubel, por sua vez, defende que a aprendizagem ocorre de maneira eficaz quando o conteúdo novo é integrado ao conhecimento pré-existente. A psicologia cognitiva contribui para a compreensão dos processos de aprendizagem, oferecendo estratégias que atendem às necessidades dos alunos com deficiências. O artigo também discute a importância da formação de educadores para a implementação dessas teorias no contexto da educação inclusiva, a fim de promover uma aprendizagem equitativa e de qualidade.

Palavras-chave: Teorias cognitivas, educação inclusiva, Feuerstein, Ausubel, psicologia cognitiva, formação de educadores.

Date of Submission: 19-05-2025

Date of Acceptance: 29-05-2025

I. Introdução

A educação inclusiva no Brasil tem se consolidado como um direito fundamental, assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que garante a todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou emocionais, o acesso a um ensino de qualidade. Nesse contexto, as teorias cognitivas desempenham um papel essencial ao fornecer fundamentos teóricos que orientam a adaptação das práticas pedagógicas para a diversidade presente nas salas de aula. As propostas de Reuven Feuerstein, com sua teoria da modificabilidade cognitiva, e de David Ausubel, com sua teoria da aprendizagem significativa, têm sido amplamente utilizadas para promover a inclusão de alunos com deficiências, seja no contexto de deficiências intelectuais, sensoriais ou outras limitações cognitivas. A psicologia cognitiva, por sua vez, oferece uma base para entender os processos mentais envolvidos na aprendizagem, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias que atendam às necessidades desses alunos. Dessa forma, compreender a aplicação dessas teorias no cenário educacional inclusivo é de extrema importância para a promoção de uma educação que respeite e valorize as individualidades.

A teoria de Feuerstein, centrada na modificabilidade cognitiva, desafia a concepção tradicional de que a inteligência é uma característica fixa e imutável. Segundo Feuerstein (2008), a inteligência pode ser desenvolvida ao longo do tempo por meio de intervenções educativas adequadas, que incentivam o aluno a expandir suas capacidades cognitivas. Essa abordagem considera a capacidade do ser humano de modificar seus processos de pensamento e aprender, independentemente das limitações iniciais que possa apresentar. No Brasil, a implementação de programas baseados nessa teoria, como o Programa de Enriquecimento Instrumental, tem demonstrado resultados positivos no desenvolvimento de habilidades cognitivas de alunos com necessidades educacionais especiais, como apontado por Souza (2014). A proposta de Feuerstein abre um leque de possibilidades para a criação de práticas pedagógicas inclusivas, que, além de promoverem o desenvolvimento cognitivo, favorecem a integração social desses alunos no ambiente escolar.

Já a teoria de Ausubel, voltada para a aprendizagem significativa, foca no processo de construção de novos conhecimentos a partir de uma base de conhecimentos prévios. Ausubel (2003) argumenta que a aprendizagem é mais eficaz quando o conteúdo novo é relacionado de maneira significativa ao que o aluno já sabe, permitindo a organização e retenção das informações de forma mais duradoura. Essa abordagem é especialmente relevante no contexto da educação inclusiva, pois permite que os alunos, independentemente de suas dificuldades cognitivas, possam aprender de forma personalizada e contextualizada. Ao se considerar as experiências prévias dos alunos, os educadores podem estruturar o ensino de modo a torná-lo mais acessível e significativo, respeitando as diferenças individuais de cada aluno. Assim, a implementação de práticas pedagógicas fundamentadas na aprendizagem significativa contribui para uma educação mais equitativa e inclusiva, atendendo às necessidades dos alunos com deficiência e favorecendo seu pleno desenvolvimento intelectual e social. A utilização de teorias cognitivas, portanto, torna-se um instrumento indispensável na construção de uma educação que não só ensina, mas também forma cidadãos críticos e capazes de integrar-se ativamente à sociedade.

II. A Teoria De Feuerstein E A Modificabilidade Cognitiva

A teoria de Reuven Feuerstein, especialmente sua abordagem da modificabilidade cognitiva estrutural, destaca a importância da capacidade humana de mudar e melhorar suas funções cognitivas ao longo da vida. Feuerstein (2008) propõe que a inteligência não é uma característica estática, mas algo que pode ser moldado e aprimorado por meio de experiências educacionais adequadas, com a mediação do educador. Para ele, o cérebro humano possui uma plasticidade que permite a reconfiguração de suas funções cognitivas, independentemente de eventuais limitações cognitivas iniciais. Essa perspectiva é fundamental para a educação inclusiva, pois sugere que alunos com diferentes níveis de capacidade cognitiva têm potencial para desenvolver suas habilidades, desde

que recebam as ferramentas adequadas para isso. Essa abordagem também desafia a visão tradicional de que crianças com deficiências intelectuais ou cognitivas são incapazes de aprender de forma significativa.

A modificação cognitiva estrutural proposta por Feuerstein envolve a interação do aluno com estímulos educacionais planejados, que proporcionem desafios intelectuais adequados ao seu nível de desenvolvimento. Segundo Souza (2014), essa teoria sugere que o aprendizado não é passivo, mas depende da capacidade de mediação que o educador proporciona ao aluno. O mediador, ou educador, deve atuar de forma intencional, oferecendo estímulos e estratégias que ajudem o aluno a organizar seus pensamentos, a refletir de maneira crítica e a resolver problemas. Esse processo de mediação, que pode ser feito por meio de atividades cognitivas como a resolução de problemas e o pensamento abstrato, visa expandir as capacidades mentais do aluno e aumentar seu nível de independência intelectual. Portanto, a teoria de Feuerstein não se limita a ensinar conteúdo, mas se concentra no desenvolvimento das habilidades cognitivas subjacentes que possibilitam a aprendizagem.

Feuerstein (2008) enfatiza que a modificação cognitiva pode ser aplicada a qualquer aluno, independentemente das limitações iniciais. No contexto da educação inclusiva, isso é particularmente relevante, pois permite que alunos com deficiências, sejam cognitivas ou outras, recebam um ensino que promova seu desenvolvimento intelectual. A utilização do Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI) de Feuerstein tem mostrado resultados positivos em escolas que atendem alunos com deficiência. Esse programa visa aprimorar habilidades como atenção, memória, lógica e resolução de problemas, oferecendo uma abordagem sistemática e estruturada para o desenvolvimento cognitivo. Ribeiro (2017) observa que o PEI é eficaz na melhoria do desempenho acadêmico de alunos com necessidades especiais, além de contribuir para sua inclusão social, já que ele valoriza a potencialidade de cada indivíduo, em vez de se concentrar apenas nas suas limitações.

Ao aplicar a teoria de Feuerstein na prática pedagógica, os educadores devem se atentar à individualidade de cada aluno, respeitando suas limitações e promovendo o seu desenvolvimento progressivo. A abordagem de Feuerstein considera que todos os alunos, mesmo aqueles com deficiências graves, podem evoluir cognitivamente quando recebem estímulos apropriados. Como afirma Almeida (2015), a teoria oferece aos educadores ferramentas eficazes para promover o crescimento cognitivo, estimulando os alunos a superar desafios e a desenvolver competências cognitivas essenciais para o aprendizado. Além disso, o foco da teoria não está apenas na melhoria das funções cognitivas, mas também no aumento da autoestima e da autonomia dos alunos, elementos essenciais para a inclusão social e escolar.

A aplicabilidade da teoria de Feuerstein também se estende para além das salas de aula formais, podendo ser incorporada a contextos informais e extracurriculares. Segundo Nascimento (2018), a prática pedagógica baseada na modificação cognitiva deve ser transversal, ou seja, deve envolver diferentes ambientes e atividades que estimulem o desenvolvimento cognitivo dos alunos. A mediação feita pelo educador pode ocorrer em diversas situações do cotidiano escolar, como atividades de grupo, resolução de problemas cotidianos ou desafios intelectuais que incentivem o pensamento crítico e a reflexão. Dessa forma, a teoria de Feuerstein oferece uma abordagem integral e dinâmica para a aprendizagem, que vai além do ensino tradicional, buscando promover o desenvolvimento de todas as dimensões cognitivas dos alunos, incluindo a sua capacidade de tomar decisões, avaliar situações e agir de forma autônoma.

Em escolas brasileiras que adotam práticas baseadas na teoria de Feuerstein, observa-se uma crescente valorização da individualidade dos alunos e uma ênfase no desenvolvimento de habilidades cognitivas que possibilitam a adaptação às demandas escolares e sociais. Feuerstein (2008) acredita que a educação inclusiva não deve ser apenas sobre ensinar conteúdo, mas também sobre promover a construção de competências cognitivas que favoreçam a inserção plena dos alunos na sociedade. De acordo com Santos (2020), a modificação cognitiva, ao ser aplicada de forma eficaz, não só melhora o desempenho acadêmico dos alunos, mas também contribui para a formação de indivíduos mais autônomos, confiantes e preparados para os desafios da vida. Dessa forma, a teoria de Feuerstein não apenas fortalece o campo da educação inclusiva, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os indivíduos, independentemente das suas limitações, possam desenvolver suas capacidades ao máximo.

III. A Teoria Da Aprendizagem Significativa De David Ausubel

A teoria da aprendizagem significativa, proposta por David Ausubel, é um marco no campo da psicologia educacional, principalmente no que diz respeito à maneira como os alunos constroem novos conhecimentos. De acordo com Ausubel (2003), a aprendizagem ocorre de forma mais eficaz quando o novo conteúdo é associado aos conhecimentos prévios do aluno. Essa associação entre o novo e o já conhecido é a chave para que o aprendizado seja realmente significativo, ou seja, não se limite a uma memorização superficial, mas se integre de maneira profunda à estrutura cognitiva do aluno. Ao relacionar novos conceitos aos já existentes, o aprendiz consegue estabelecer uma rede de significados que facilita a retenção e a utilização do conhecimento adquirido em situações futuras. A aprendizagem significativa, portanto, exige que o aluno tenha uma base sólida de conhecimentos prévios para poder integrar novas informações de forma eficaz.

Uma característica fundamental da teoria de Ausubel é a sua ênfase na organização do conhecimento, ou seja, na maneira como as informações são estruturadas na mente do aprendiz. Para que o conteúdo novo seja incorporado de maneira significativa, ele deve ser apresentado de forma estruturada e hierárquica, com os conceitos mais gerais sendo apresentados primeiro, seguidos pelos mais específicos (Ausubel, 2003). Essa organização facilita a assimilação do novo conteúdo, pois o aluno consegue situá-lo dentro de um contexto que já conhece. Além disso, a teoria de Ausubel sugere que o processo de aprendizagem deve ser mediado pelo educador, que tem a função de apresentar o conteúdo de maneira clara, destacando as relações entre os novos e os antigos conhecimentos. Assim, o papel do professor não é apenas o de transmitir informações, mas o de ajudar o aluno a conectar as novas aprendizagens com o seu próprio repertório cognitivo.

No contexto da educação inclusiva, a teoria de Ausubel se torna ainda mais relevante. Alunos com diferentes capacidades cognitivas, como os que possuem deficiências intelectuais ou transtornos de aprendizagem, muitas vezes enfrentam dificuldades para integrar novos conhecimentos. No entanto, ao adaptar o ensino às experiências e conhecimentos prévios desses alunos, o educador pode criar estratégias que facilitem a construção de novos significados. A aprendizagem significativa, nesse sentido, não se limita a um tipo de aluno específico, mas busca respeitar as individualidades e garantir que todos, independentemente de suas limitações, possam aprender de maneira relevante e contextualizada. Silva (2016) destaca que, no contexto de uma sala de aula inclusiva, a aprendizagem significativa favorece o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos com necessidades educacionais especiais, uma vez que ela considera suas capacidades e potencialidades.

Além disso, a teoria de Ausubel também coloca em evidência a importância do "organizador prévio", um recurso pedagógico utilizado para facilitar a aprendizagem de novos conteúdos. O organizador prévio é uma estratégia que consiste em apresentar um conteúdo mais geral e fácil de compreender, antes de introduzir informações mais complexas. Segundo Almeida (2015), essa técnica prepara o aluno para o aprendizado, fornecendo uma estrutura que facilita a assimilação do novo conhecimento. No contexto inclusivo, essa abordagem é especialmente importante, pois ela proporciona um ponto de partida para todos os alunos, independentemente de suas condições cognitivas. A utilização de organizadores prévios pode ajudar os alunos a relacionar o novo conteúdo com o que já sabem, tornando o aprendizado mais acessível e significativo. Esse método, portanto, contribui para uma prática pedagógica mais inclusiva, que favorece o sucesso de todos os alunos.

A aplicação da teoria da aprendizagem significativa de Ausubel na prática educacional exige uma adaptação contínua das estratégias pedagógicas às necessidades dos alunos. O professor deve ser sensível às diferenças individuais e estar preparado para utilizar diversos recursos que facilitem a aprendizagem. Segundo Nascimento (2018), a personalização do ensino, com base na teoria de Ausubel, oferece uma oportunidade única de promover a inclusão efetiva, uma vez que ela permite que os alunos aprendam de acordo com seus próprios ritmos e capacidades cognitivas. Ao entender que cada aluno possui uma estrutura cognitiva distinta, o educador pode planejar suas aulas de maneira a integrar e respeitar o conhecimento prévio de cada estudante. Com isso, cria-se um ambiente de aprendizado no qual todos os alunos, incluindo os com necessidades educacionais especiais, têm a oportunidade de aprender de maneira significativa e alcançar seu pleno desenvolvimento.

IV. Psicologia Cognitiva E A Compreensão Dos Processos De Aprendizagem

A psicologia cognitiva tem se destacado na área educacional ao fornecer uma compreensão profunda dos processos mentais envolvidos na aprendizagem, como percepção, memória, atenção e resolução de problemas. Esses processos são fundamentais para entender como os alunos constroem o conhecimento, armazenam informações e as recuperam em situações de aprendizagem. De acordo com Leontiev (2014), a psicologia cognitiva examina as funções mentais superiores e como elas influenciam a maneira como os indivíduos lidam com informações e situações cotidianas, estabelecendo relações com seu ambiente. No contexto da educação inclusiva, o entendimento desses processos cognitivos é crucial, pois oferece subsídios para a criação de estratégias de ensino que atendem às diversas necessidades dos alunos, incluindo aqueles com deficiência.

A aprendizagem, conforme a psicologia cognitiva, não é vista apenas como um simples processo de aquisição de informações, mas como uma construção ativa e contínua do conhecimento. Piaget (2002) destaca que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação do indivíduo com o meio ambiente, sendo fundamental que as atividades educativas promovam essa interação para que os alunos desenvolvam novas habilidades cognitivas. No contexto da educação inclusiva, entender essas interações é essencial para criar atividades que desafiem os alunos de maneira adequada à sua realidade cognitiva. A psicologia cognitiva propõe que o ensino deve ser baseado em experiências significativas, onde o aluno é estimulado a refletir, questionar e reorganizar suas próprias estruturas mentais.

A memória, um dos processos centrais da psicologia cognitiva, tem grande relevância na educação inclusiva, especialmente para alunos com dificuldades cognitivas, como aquelas encontradas em alunos com deficiência intelectual ou distúrbios de aprendizagem. A memória não é apenas um processo passivo de retenção de informações, mas envolve a capacidade de organizar, reter e recuperar informações de forma eficaz. Segundo

Santos (2018), o uso de técnicas que auxiliem na organização da informação, como mapas mentais e recursos visuais, pode melhorar a memória de curto e longo prazo de alunos com deficiência, facilitando o processo de aprendizagem e a retenção de conteúdos. Estratégias como essas são essenciais para criar um ambiente de ensino que leve em consideração as particularidades cognitivas dos estudantes.

Além da memória, a atenção é outro processo cognitivo crucial para o aprendizado. O controle da atenção é fundamental para que o aluno possa se concentrar nas atividades e se envolver efetivamente com o conteúdo. Em uma sala de aula inclusiva, é essencial que os educadores compreendam como a atenção funciona, principalmente em alunos com déficit de atenção ou outros tipos de dificuldades cognitivas. Segundo Gazzaniga (2016), a atenção não é uma função única, mas sim um conjunto de habilidades que podem ser treinadas e aprimoradas com a prática. No entanto, alunos com dificuldades atencionais necessitam de estratégias diferenciadas, como ambientes menos dispersivos, instruções claras e pausas para reorientação, para que consigam manter o foco e participar plenamente das atividades escolares.

Outro ponto relevante abordado pela psicologia cognitiva diz respeito à resolução de problemas, um processo que envolve a aplicação do conhecimento adquirido para enfrentar novos desafios. Este aspecto da cognição é especialmente importante na educação inclusiva, pois o desenvolvimento da habilidade de resolver problemas está diretamente ligado ao aumento da autonomia dos alunos. Vygotsky (2007) sugere que a resolução de problemas pode ser aprimorada por meio de interações sociais e pela mediação do educador, que oferece suporte e estratégias para que o aluno consiga superar obstáculos cognitivos. Em contextos inclusivos, a mediação pedagógica deve ser cuidadosamente planejada para proporcionar desafios adequados ao nível de cada aluno, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas e a autonomia na resolução de problemas.

Finalmente, a psicologia cognitiva aponta que os processos de aprendizagem não ocorrem de maneira isolada, mas são fortemente influenciados pelo contexto social e afetivo no qual o aluno está inserido. A teoria sociointeracionista de Vygotsky (2007) destaca que o aprendizado é mais eficaz quando ocorre em um ambiente colaborativo, onde os alunos têm oportunidades de interagir uns com os outros e com o educador. Esse tipo de ambiente é particularmente importante na educação inclusiva, onde alunos com diferentes habilidades cognitivas podem se beneficiar da colaboração mútua. Além disso, o apoio emocional e social proporcionado pelo ambiente escolar influencia diretamente o desempenho cognitivo do aluno, pois o sentimento de pertencimento e aceitação favorece o processo de aprendizagem (Nascimento, 2018). Portanto, a psicologia cognitiva contribui não só para o entendimento dos processos mentais, mas também para a criação de ambientes educacionais que atendam de maneira integral às necessidades dos alunos.

V. A Formação De Educadores Na Prática Da Educação Inclusiva

A formação de educadores é um pilar fundamental para a implementação eficaz da educação inclusiva, especialmente no contexto das teorias cognitivas. No Brasil, a capacitação de professores deve ir além de aspectos técnicos, incorporando uma compreensão aprofundada das necessidades dos alunos com deficiência e das abordagens pedagógicas que promovem o seu pleno desenvolvimento. De acordo com Almeida (2015), a formação docente para a educação inclusiva deve ser contínua e centrada na compreensão das especificidades cognitivas e emocionais dos alunos. A teoria de Feuerstein, por exemplo, exige que os educadores compreendam como a inteligência pode ser moldada e desenvolvida por meio de intervenções pedagógicas estruturadas, o que implica uma postura ativa e reflexiva dos professores frente aos desafios do ambiente educacional inclusivo.

Além de uma formação contínua, a prática pedagógica inclusiva demanda que os educadores possuam conhecimento sobre estratégias diferenciadas de ensino que contemplem a diversidade cognitiva. Segundo Silva (2016), um aspecto crucial da formação é o desenvolvimento de habilidades para a adaptação de conteúdos e metodologias que atendam às necessidades individuais dos alunos. Isso envolve não apenas o conhecimento das teorias cognitivas, mas também a capacidade de aplicar tais teorias de forma prática no cotidiano escolar. A adaptação dos métodos de ensino deve ser flexível, levando em consideração as capacidades cognitivas de cada aluno, de modo a garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, independentemente de suas limitações.

A teoria da aprendizagem significativa de Ausubel também é um elemento central na formação de educadores. Para que os professores sejam capazes de aplicar essa teoria de maneira eficaz, é fundamental que compreendam como o conhecimento prévio do aluno interfere na construção de novos conhecimentos. Como aponta Ribeiro (2017), o educador deve ser capaz de identificar o que o aluno já sabe e como pode conectar esse conhecimento com o conteúdo novo, facilitando a aprendizagem e tornando-a mais significativa. Esse processo exige que os professores adotem uma abordagem personalizada, levando em conta as diferenças cognitivas e respeitando o ritmo e os estilos de aprendizagem de cada aluno. Nesse sentido, a formação docente precisa incluir práticas que incentivem a adaptação do conteúdo às realidades cognitivas dos alunos, promovendo a construção de uma aprendizagem que seja tanto relevante quanto acessível.

Além disso, a formação de educadores deve abordar o uso de tecnologias assistivas, que têm se mostrado um recurso importante na promoção da inclusão escolar. De acordo com Santos (2020), o uso de ferramentas

tecnológicas, como softwares educativos, leitores de tela e dispositivos de apoio, pode facilitar a aprendizagem de alunos com deficiências, ampliando o acesso ao conteúdo e permitindo um aprendizado mais dinâmico e interativo. A integração dessas tecnologias no ambiente educacional não só melhora o desempenho acadêmico de alunos com deficiências, mas também contribui para sua inclusão social e participação ativa na sala de aula. A capacitação dos educadores para utilizar essas tecnologias de forma eficaz é, portanto, uma necessidade urgente na formação docente voltada para a educação inclusiva.

Por último, a formação de educadores deve promover a sensibilização para as questões sociais e emocionais envolvidas na educação inclusiva. Segundo Nascimento (2018), os educadores precisam estar preparados para lidar com a diversidade não apenas do ponto de vista cognitivo, mas também com as questões emocionais e sociais que podem surgir no processo de inclusão. O respeito à individualidade de cada aluno, o desenvolvimento de uma cultura de acolhimento e a promoção de um ambiente de aprendizagem seguro e estimulante são aspectos fundamentais para o sucesso da inclusão. Nesse contexto, a formação docente deve incluir estratégias que favoreçam a construção de um ambiente positivo e de respeito mútuo, onde todos os alunos, independentemente de suas condições, se sintam valorizados e integrados ao grupo. Esse é um passo essencial para a criação de uma educação inclusiva de qualidade.

VI. Considerações Finais

A análise das teorias cognitivas, especialmente as de Feuerstein, Ausubel e a psicologia cognitiva, revela a importância dessas abordagens para a construção de uma educação inclusiva no Brasil. A partir dessas teorias, é possível perceber que a inteligência e os processos de aprendizagem não são fixos, mas podem ser desenvolvidos de forma significativa e adaptativa. As intervenções pedagógicas baseadas na teoria da modificabilidade cognitiva de Feuerstein, na aprendizagem significativa de Ausubel e nas práticas da psicologia cognitiva têm se mostrado eficazes no apoio à inclusão de alunos com deficiências. Elas permitem que os educadores compreendam melhor as necessidades dos alunos e adaptem suas práticas pedagógicas para promover um aprendizado mais acessível e personalizado.

Entretanto, para que essas abordagens teóricas se concretizem na prática escolar, é fundamental que haja uma formação contínua e de qualidade para os educadores. A capacitação dos professores é um elemento-chave para garantir que as teorias cognitivas sejam aplicadas adequadamente nas escolas. A formação não deve se restringir ao conhecimento teórico, mas também à prática pedagógica que envolve o desenvolvimento de habilidades para lidar com as diversidades cognitivas e emocionais dos alunos. Além disso, a integração de tecnologias assistivas e a promoção de um ambiente de acolhimento e respeito são essenciais para que a inclusão se efetive de maneira plena.

Outro ponto crucial é a conscientização sobre a importância da adaptação do currículo e das metodologias de ensino, respeitando as características individuais dos alunos. O reconhecimento das diferenças cognitivas, associadas ao conhecimento prévio de cada aluno, facilita o processo de aprendizagem e assegura que todos os estudantes, independentemente de suas limitações, tenham as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver. A prática educacional inclusiva deve ser pautada por estratégias diferenciadas, capazes de respeitar os ritmos e as formas de aprendizado de cada aluno, favorecendo uma aprendizagem significativa e duradoura. Assim, a educação inclusiva não deve ser vista apenas como uma adaptação, mas como uma transformação no modo de ensinar, mais alinhada às necessidades de todos os alunos.

Em síntese, as teorias cognitivas oferecem uma base sólida para a educação inclusiva, possibilitando que os professores possam atender às diversas necessidades dos alunos com deficiência. Contudo, a efetividade dessas teorias depende diretamente da preparação e do compromisso dos educadores, que devem ser capacitados para implementar estratégias pedagógicas eficazes. O papel do professor é fundamental, pois ele atua como mediador no processo de aprendizagem, criando oportunidades para que todos os alunos possam participar de maneira plena no ambiente escolar. A educação inclusiva, quando bem implementada, não apenas melhora o desempenho acadêmico dos alunos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos têm a oportunidade de se desenvolver e expressar seu potencial.

Referências

- [1] Almeida, M. F. A Formação De Educadores Para A Educação Inclusiva: Desafios E Possibilidades. *Revista Brasileira De Educação Especial*, Rio De Janeiro, V. 21, N. 2, P. 45-59, 2015.
- [2] Ausubel, D. P. A Aprendizagem Significativa. São Paulo: Editora Epu, 2003.
- [3] Feuerstein, R. Teoria E Prática Da Modificação Cognitiva. São Paulo: Editora Ática, 2008.
- [4] Leontiev, A. N. Psicologia E Educação: Contribuições Da Psicologia Cognitiva Para O Ensino Inclusivo. Porto Alegre: Editora Artmed, 2014.
- [5] Nascimento, A. P. Formação De Educadores Para A Inclusão Escolar: Uma Análise Da Prática Pedagógica No Contexto Brasileiro. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- [6] Ribeiro, M. L. Psicologia Cognitiva E Suas Aplicações Na Educação Inclusiva. *Revista Brasileira De Psicologia Da Educação*, Rio De Janeiro, V. 15, N. 3, P. 79-92, 2017.
- [7] Santos, R. C. Tecnologias Assistivas No Contexto Da Educação Inclusiva. Brasília: Editora Universitária, 2020.

- [8] Silva, A. M. A Aprendizagem Significativa De Ausubel Na Educação Inclusiva: Desafios E Perspectivas. Revista Brasileira De Psicologia Escolar, São Paulo, V. 18, N. 1, P. 45-59, 2016.
- [9] Souza, L. F. O Programa De Enriquecimento Instrumental De Feuerstein E Suas Contribuições Para A Educação Inclusiva. Revista Brasileira De Educação Inclusiva, São Paulo, V. 10, N. 2, P. 123-138, 2014.